

Impactos de Organizações Cooperativas sobre o Desenvolvimento Local: O caso da Ostreicultura Comunitária em Ponta dos Mangues/Se

Autoria: Maria Suzana de Souza Moura, Ludmila Meira

Resumo:

Este artigo traz os resultados de uma pesquisa que discute os impactos e desafios da gestão de organizações nos marcos da economia solidária¹. A base empírica é a organização cooperativa do cultivo de ostras no povoado de Ponta dos Mangues, Município de Pacatuba em Sergipe. Os dados foram obtidos através de questionários aplicados junto aos cooperados, aos coordenadores do projeto e à comunidade em geral, bem como pela observação direta durante quase um ano de trabalho, envolvendo a realização de oficinas de capacitação, num processo de investigação-ação. Inicialmente, apresentamos uma contextualização a partir do debate sobre Economia Solidária, momento em que situamos alguns referenciais teóricos da pesquisa. Em seguida apresentamos o caso em estudo, analisando os impactos e os desafios da gestão da organização. A conclusão aponta os desafios conceituais e metodológicos de estudos desta natureza.

Introdução

As organizações de base comunitária e cooperativa podem ser situadas como uma manifestação da economia solidária, sendo esta apresentada, inicialmente, enquanto uma possibilidade de desenvolvimento local

Em estudo anterior distinguimos duas abordagens de desenvolvimento local – uma cujo foco é a questão da competitividade e outra centrada na problemática da exclusão social. Denominamos a primeira competitiva e a segunda de social, de acordo com o foco dos discursos e práticas adotadas. No primeiro caso, o foco é a inserção competitiva da cidade/região no mercado e as ações tendem a dirigir-se preferencialmente para as médias e grandes empresas. Já no segundo, o combate à exclusão social aparece como o eixo norteador e as ações tendem a enfocar os pequenos empreendimentos e os segmentos que estão à margem do grande mercado. Verificamos a ocorrência de iniciativas que tendem mais a uma ou outra abordagem e a convivência de ambas, mas neste caso uma delas tende a receber um tratamento secundário. Ou seja, ações visando enfrentar os efeitos da exclusão social podem ser consideradas como um meio para se atingir maior competitividade ou podem assumir caráter estratégico, ou seja, integrar uma política econômica de fortalecimento da economia popular.

Dentro da vertente social encontramos iniciativas, como a do Plano de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre (1994), que discutem novos referenciais de economia baseados nos ideais de cooperação e solidariedade. O PDE é um caso interessante pois, ao mesmo tempo que focaliza a problemática da exclusão social, baseando-se nas idéias de participação cidadã e parceria entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, pretende incentivar a construção de um "novo modelo" de desenvolvimento econômico. Este último, caracterizado pelo fortalecimento da economia popular, através de redes de micros e pequenos empreendimentos. Enquanto isso, as grandes empresas - economia do grande mercado - aparecem ora em confronto, ora como co-financiadores de iniciativas públicas (Moura, Loiola e Lima, 1999). Embora este modelo guarde semelhanças com outras abordagens da vertente social, traz para o centro da discussão o que seriam os objetivos de uma nova política econômica. Neste sentido, pensar em desenvolvimento de localidades

implica, não apenas, implementar políticas sociais, como redefinir conceitos e práticas econômicas, o que nos coloca diante do debate sobre Economia Solidária.

O que vem a ser Economia Solidária, Popular ou Social? A partir de diversos autores que vem trabalhando sobre o tema, podemos dizer que os termos sintetizam uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo ou simplesmente enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivências de valores relacionados com o modo de ser cuidado. (FRANÇA 1999, SINGER 2000, VAINER 2000, ARRUDA e BOFF 2000, ARRUDA 1996, CORAGGIO 2000, RAZETTO 1997)

Antes de seguir, vale lembrar do contexto mais geral que explica a emergência desse tema não só na Europa, como também na América Latina e no Brasil em particular.

Além do agravamento da problemática da pobreza e da exclusão social, tem-se a conhecida crise do modelo de trabalho assalariado. Cabe assinalar que as políticas econômicas implementadas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, têm contribuído, de modo significativo, para o aumento do desemprego e subemprego. Nessas duas categorias, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) registrou, em seu relatório de 1999, uma cifra de aproximadamente um bilhão de pessoas, um número que vem crescendo a uma média anual de cem milhões de pessoas. Não há consenso quanto às causas desse fenômeno nem quanto ao que fazer.

Há uma certa convicção, entre muitos que se debruçam sobre o tema, de que os empregos eliminados ao longo do processo de reestruturação produtiva e de crise econômica dificilmente retornarão, a menos que ocorra um expressivo crescimento da atividade industrial e dos serviços. Por isso, tem surgido com alguma expressão a idéia de que se deve buscar ocupação e não necessariamente emprego, o que traz à tona a discussão sobre alternativas de organização dos trabalhadores por uma via autônoma e solidária, inclusive no seio do movimento sindical.

As experiências, embora incipientes no Brasil, evidenciam o crescimento de manifestações da solidariedade na economia. São exemplos: a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Auto-Gestionárias, que reúne cerca de 50 empresas, cuja receita bruta é estimada em R\$ 300 milhões; a organização pelo Movimento dos Sem-Terra e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura de cooperativas nos assentamentos; a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário pela CUT; a constituição de 15 incubadoras de cooperativas populares, envolvendo universidades; a formação de redes para o intercâmbio e fortalecimento dos grupos de economia solidária, em estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, além de outra no âmbito nacional – a Rede de Sócioeconomia Solidária. Não podemos esquecer também dos projetos econômicos comunitários estimulados por agentes vinculados à Teologia da Libertação, entre outros, que acontecem em bairros de periferia nos centros urbanos e em municípios da zona rural, a exemplo de Pintadas e Quixabeira no sertão da Bahia.

Concordando com Gaiger (2000), vemos que projetos alternativos comunitários, cooperativas e empresas autogestionárias não são novidade. O novo é o crescimento dos atores em rede e das perspectivas que se somam no debate e na experimentação.

Podemos dizer que o agravamento das condições materiais de existência, por conta dos fatores acima assinalados, tem juntado vários grupos no debate e na experimentação de projetos de Economia Solidária. Desde setores de Igreja, ONGs, Movimentos Sociais Urbanos e Rurais, até sindicatos e centrais sindicais, passando por pesquisadores, intelectuais, militantes socialistas, entre outros.

Mas não se trata apenas de uma reação ao agravamento do desemprego e da pobreza. Na realidade, estamos vivendo, aqui no Brasil, como em outras partes do planeta, o que Milton Santos (2000) identificou como sendo uma "nova divisão do trabalho", cujo parâmetro é a "manutenção da vida". Processo que, segundo o autor, vem "dos de baixo", não só dos "pobres", como também "dos indivíduos liberados, [vem] do pensamento livre que foge do pensamento único ... da racionalidade dominante". Podemos incluir neste rol, além dos atores assinalados anteriormente, os *hippies* de ontem e de hoje, as comunidades esotéricas, enfim, todos aqueles que estão experimentando, por dentro e por fora do mundo do sistema, um produzir, um consumir, e um trabalhar orientados pelos símbolos do amor, da paz e da solidariedade.

Há, certamente, entre os atores e autores que hoje tecem a economia solidária visões distintas. Uns vêm as cooperativas e outras formas associativas de produção e consumo como um meio de minimizar o problema do desemprego e da exclusão social. Outros buscam uma alternativa socialista à economia capitalista. E temos, ainda, os desejos de experimentação de uma economia afinada com o que seriam os valores de uma "Nova Era de Aquários". Muitos estão revendo a questão da (re)produção ampliada da vida, em moldes diferenciados daqueles consagrados pela economia capitalista, incluindo como referentes, além da solidariedade e da cooperação, o foco nas necessidades e na reprodução da vida.

Algumas referências teóricas

Conforme define Razeto (1998), "o que chamamos de economia de solidariedade não consiste em um modo definitivo e único de organizar unidades econômicas. Trata-se de um processo multifacetado através do qual incorporamos solidariedade à economia". Sustentando a tese de que a solidariedade deve ser introduzida na própria economia, o autor complementa sua idéia afirmando que a solidariedade deve operar nas diversas fases do processo econômico, ou seja, na produção, distribuição e consumo. A intenção não é sobreviver dentro do sistema ou arranjar ocupação para os que já não têm lugar numa economia automatizada, mas gerar novas relações produtivas que abarquem os excluídos do sistema.

Já Coraggio (2000) toma como ponto de partida a chamada economia popular, entendida como aquela que se dirige para a satisfação de necessidades (materiais, de sociabilidade, culturais e simbólicas), tendo por base as unidades domésticas. O autor se refere às famílias e outras agregações — amigos, comunidades étnicas, vizinhos — que compartilham recursos e articulam estratégias de reprodução coletiva da vida. O trabalho é o principal recurso, seja ele assalariado ou autônomo, e o objetivo é manter e melhorar a qualidade de vida dos seus membros. Ainda de acordo com Coraggio, faz-se necessária a construção de um projeto, envolvendo gerações, que transforme e desenvolva essa economia de modo a que se torne um setor mais estruturado, organizado e auto-regulado, visando à "acumulação do capital humano", à "reprodução ampliada da vida", não apenas dos membros de uma unidade doméstica em particular, mas de todos. O autor aponta o que seriam as fragilidades atuais. Por um lado, entre as unidades e no próprio seio delas convivem relações de concorrência, violência e exploração do trabalho alheio, além da solidariedade e reciprocidade. De outro, trata-se de uma economia inorgânica e empobrecida, comparativamente à economia empresarial capitalista e à economia pública.

Paul Singer (2000), embora discordando do ponto de partida de Coraggio, vai na mesma direção ao visualizar uma economia cujo referencial é o trabalho solidário. O autor focaliza cooperativas e empresas autogestionárias — ressaltando-se que não apenas as estuda como nelas atua — apontando para o que seria um modo de produção cooperativo, o qual convive e pode conviver com o modo de produção capitalista. Singer cita como referências empíricas a Islândia, onde 70% da produção vem das cooperativas, os esquimós no Polo Norte e os países

escandinavos. Levanta, como referência no Brasil, o Fórum de Economia Solidária, em São Paulo, e as Incubadoras de Cooperativas do Rio de Janeiro, Ceará e Fortaleza. A experimentação de uma utopia no aqui e agora é a perspectiva em que se alinha o autor.

Como afirma Lisboa (1999), o desafio proposto pela Economia Solidária parece ser o de construir uma alternativa a partir das relações com o mercado; uma alternativa “não mais ao capitalismo, mas no capitalismo”, como uma forma de resistência à lógica “destrutiva” que preside a sociabilidade contemporânea e, ao mesmo tempo, como possibilidade de construção de uma nova sociedade, a longo prazo, porém no aqui e agora.

Marcos Arruda (2000) vem enriquecer esse debate lembrando, inicialmente, da diferença entre “economia” e “crematística” (dos gregos). A primeira significa a “arte de gerir a casa”. “Casa” que é o lar, a comunidade ... a Mãe Terra que nos acolhe. Já a crematística significa a “arte de acumular riquezas”. Ora, o que a sociedade capitalista tem desenvolvido é esta última. Já com relação ao primeiro conceito, não temos muito a aprender da Grécia Antiga, pois, como nos lembra Hannah Arendt (1991), a economia doméstica entre os gregos era o espaço do privado, “o mundo das trevas”, onde imperava o senhor, o cidadão na polis, subjugando as mulheres e os escravos.

Talvez tenhamos a aprender com as comunidades próximas do comunismo primitivo e mais integradas com a natureza, através da produção/reprodução coletiva da vida e de modo sustentável. Mas essa não parece ser uma lição suficiente para este nosso tempo/espaço urbano. O mundo do “nós” da comunidade, da tribo, é muito distinto do “eu sem nós” aprendido/vivido na sociedade capitalista. Já o “nós sem eu” construído com as experiências socialistas se afasta da sustentabilidade da tribo e se aproxima do padrão da acumulação material (só que em nome do coletivo — estado/partido). Como nos fala Marcos Arruda (tomando por referência Teilhard de Chardin), a perspectiva da “socioeconomia solidária” é a do “eu e nós”, expressando a espiral evolutiva do nosso planeta em direção à individuação, socialização, amorosidade e espiritualidade.

Por este caminho a solidariedade reintroduzida na economia pode ser percebida como base para um desenvolvimento que, embora partindo do local, requer a construção e fortalecimento de empreendimentos em escalas diferenciadas, do micro ao macro, do local ao global.

Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidárias

Entendemos ser o empreendimento solidário uma forma de expressão da economia solidária que pode assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços.

Cabe, neste ponto, perguntarmos: como se constrói e se mantém a solidariedade em processos de (re)produção material e simbólica da vida? Como articulam-se os propósitos e ritmos individuais e coletivos? Quais as dificuldades de gestão deste tipo de organização? Como a razão comunicativa, a base dos processos de solidariedade social podem influenciar a razão instrumental, um requerimento para se atingir condições materiais de existência mais favoráveis? Como medir impactos deste tipo de empreendimento?

De acordo com Gaiger (2000), as cooperativas, entre outras formas de empreendimento solidário, que nascem da necessidade imperiosa de encontrar uma solução geram solidariedade como imposição da necessidade. Existindo prática anterior de solidariedade, transcendendo os objetivos econômicos, o empreendimento é favorecido. Paul Singer, embora apostando na experimentação, fala das dificuldades da cooperativa de produção e de uma certa tendência a “degenerar os valores de solidariedade e cooperação”, quando crescem os negócios. Cita o exemplo da grande empresa cooperativa Madragon, na Espanha, que conta,

atualmente, com 40.000 pessoas, tem êxito econômico, mas, segundo o autor, afastou-se dos princípios solidários.

A utopia na experimentação certamente encontra obstáculos de várias ordens. Além de lidarmos com os valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material e relacionados ao pouco aprendizado da gestão coletiva. Lisboa (1999) lembra-nos que todos os esforços, no conjunto, são ainda insuficientes para fortalecer os pequenos empreendimento solidários. De acordo com o autor, muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano destas organizações, tais como, carência de capital de giro; acesso ao crédito; *design*, controle de qualidade, comercialização e tecnologia e ambigüidade da propriedade dos meios de produção; além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. A precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio dessas experiências e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade dessas atividades.

Como forma de solucionar os problemas advindos da fragmentação dessas iniciativas, vários autores sugerem a construção de uma estratégia que articule politicamente as redes constitutivas de economia solidária. É este o caminho que apontam os fóruns estaduais e as redes nacionais e internacionais, conforme observado no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em janeiro de 2002. A universidade pode cumprir um papel importante nesse processo, revendo e elaborando referências teóricas e contribuindo com experiências concretas, ou seja, experimentando a utopia na produção coletiva de saberes, nos projetos comunitários e nas redes locais e globais. A investigação desenvolvida junto ao Projeto de Ostreicultura Comunitária em Ponta dos Mangues/SE, segue nesta direção.

A ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA DO CULTIVO DE OSTRAS E A COMUNIDADE DE PONTA DOS MANGUES/SE

O cultivo comunitário de ostras é um projeto de iniciativa do projeto TAMAR que se iniciou em 1998. O objetivo era dar uma alternativa econômica aos pescadores da Reserva Ecológica de Santa Isabel, integrando ações de natureza econômica e de preservação ambiental. Este projeto foi viabilizado pela CONATURA - Cooperativa Mista de Trabalhadores em Conservação da Natureza - um empreendimento que se pretende solidário, construído como alternativa ao desemprego de técnicos da área ambiental, antes contratados pelo TAMAR. A ostreicultura em Ponta dos Mangues/SE é, assim, um dos núcleos da CONATURA. Até o momento de realização da pesquisa o projeto não é autosustentável, recebendo da CONATURA a maior parte dos recursos necessários a sua manutenção, inclusive a remuneração dos cooperados e coordenadores.

Ponta dos Mangues é um povoado do Município de Pacatuba, situado no estado de Sergipe. Tem uma população de aproximadamente 300 pessoas considerando o núcleo contabilizado na pesquisa, ou seja, 58 casas com uma média de 5 pessoas por casa.

O cultivo de ostras envolve um grupo de 8 cooperados e 3 parceiros (estes não recebem remuneração diretamente da CONATURA, a parceria se dá no momento da comercialização e no incentivo inicial através de aporte técnico). A presença de jovens e solteiros é significativa (a metade), encontrando-se na faixa dos 40/50 anos apenas 2 trabalhadores. Este dado pode indicar uma abertura para o aprendizado de novas práticas e posturas frente ao trabalho e a vida em geral. Em relação aos entrevistados da comunidade, percebemos uma concentração de idosos (36,2%) sendo significativo também o percentual de jovens abaixo de 25 anos (19%).

Além da ostreicultura, a maioria dos cooperados (70%) desenvolve outras atividades produtivas que ajudam no sustento familiar e, em alguns casos, geram renda. Incluem-se aqui

a pesca (70%), o cultivo do coco (44%), a criação de galinha (22%) e o corte de cabelo e a instalação de rede de água e energia (01 dos cooperados). Cabe esclarecer que 55% tem no cultivo de ostra a única atividade geradora de rendimento regular.

Quadro semelhante pode ser encontrado na comunidade. Considerando as atividades de sustento das unidades domésticas, verificamos que 58,6% possui algum tipo de rendimento fixo, tais como aposentadoria, pensão, bolsa escola ou salário. Podemos dizer que é um percentual pequeno se considerarmos que quase metade das unidades não podem contar com uma fonte regular e se levamos em conta outras atividades de sustento que são desenvolvidas: 77,5% das unidades criam galinhas e 67,2% tem algum nível de sustento pela pesca e pela coleta e comercialização de coco. Cabe relacionar outras atividades que geram renda, porém não regulares: 17,3% das famílias envolvem-se com algum tipo de comércio (armazém, venda de gás, sorveteria, produtos Avon); 10,3% tem pessoas que prestam serviços (alguns ligados à coleta de coco, outros referentes ao cuidado de viveiros...); e 27,7% criam outros animais (gado, cavalo e porco) seja para investir, seja como meio de transporte ou mesmo para o consumo direto.

Os dados acima evidenciam um potencial da comunidade que é a diversificação das atividades econômicas, característica que pode ser reforçada em projetos de desenvolvimento local.

Ponta dos Mangues é percebido como um lugar calmo, tranquilo, sossegado, é isso que agrada a maioria dos entrevistados. Sossego que vem da natureza (os coqueiros, o mar ...), e do porte da comunidade. Comunidade que, para uns é unida ("todo mundo é família") e para outros é desunida ("o povo não é unido", "há muitas brigas"). O lugar difere muito da cidade, "lá fora onde há muita violência", "aqui podemos dormir debaixo da árvore". Diferencia-se também pela lado das carências: maior dificuldade de acesso a emprego, atendimento médico, telefone, entre outros. O lixo é também apontado como problema. Estas percepções podem ser observadas no grupo do cultivo e na comunidade em geral. 48,3% dos entrevistados na comunidade afirmaram gostar mais do sossego de Ponta dos Mangues e 36,2% consideram a maré como o aspecto que mais gostam no local.

Quando questionados sobre o que melhorar em Ponta dos Mangues, a maior preocupação dos moradores foi em relação ao incremento da atividade econômica (84,5%), sendo que 46,6% apontaram a necessidade de criação de novas oportunidades de emprego. 15,5% percebem que tal incremento depende da instalação de fábricas. A melhoria do abastecimento, de modo geral (padarias, supermercados, feiras) foi citado por 13,8% dos entrevistados, e ainda em relação ao incremento da atividade econômica identificamos 3,4% de entrevistados citando a necessidade de se ter uma cooperativa de coco dentro da comunidade.

Alguns chamam a atenção para o fato de que a comunidade tem melhorado, em termos de acesso a infra-estrutura e a serviços coletivos (a energia elétrica que chegou em 1997, a água encanada, o ônibus, a escola, e, mais recentemente, o telefone e a visita regular do médico) e de ampliação da oferta de emprego, com a CONATURA (o cultivo da ostra). Aquelas melhorias são atribuídas a iniciativa do governo, por parte significativa dos entrevistados da comunidade (87,9%).

É interessante notar que 37,9% dos entrevistados consideram que depende dos governos estadual e municipal o desenvolvimento da comunidade, 13,8% consideram que depende de organização da comunidade (sendo que destes 10,3% acreditam que isto deva ser feito de forma reivindicativa e 3,5% de forma pró-ativa). Por fim 12,1% acreditam nos investidores privados e externos para consolidar este desenvolvimento.

Com relação aos cooperados, as possibilidades de desenvolvimento futuro aparecem vinculados ao cultivo de ostras. Seja pelo fortalecimento da própria cooperativa - "com a

CONATURA coisas boas vão surgir para todo mundo". Seja com a "abertura de indústria para cultivar a ostra" e exportar.

Assim como na comunidade, entre os cooperados encontram-se idéias que afirmam possibilidades de desenvolvimento com base em potenciais locais - mesmo que fomentados por agentes externos - além daquelas que se identificam mais com as abordagens tradicionais de que o desenvolvimento chegará de fora com a "construção de fábricas". De todo modo fica evidente o potencial da ostreicultura para os cooperados e o mesmo podemos dizer da comunidade em geral.

Cremos que vale a pena aprofundar a reflexão com os cooperados e a própria comunidade a respeito do tema desenvolvimento local. Papel que pode ser desempenhado pelos coordenadores do projeto com o apoio da universidade. Além do cultivo da ostra, outras atividades podem ser fortalecidas e consideradas, tais como a pesca, o cultivo do coco, a criação de galinha. Essa diversidade é uma potencialidade local.

IMPACTOS E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO

Uma oportunidade de trabalho remunerado e de ampliação dos padrões de consumo

Partindo da percepção dos trabalhadores acerca da atividade que estão desenvolvendo e da organização que estão inseridos, verificamos como motivações básicas a disponibilidade de uma renda e uma ocupação regular ("um emprego") que é garantida pela CONATURA, até o momento. Para alguns, esta ocupação é valorizada, também, pelo que gera de oportunidade profissional. Ser tartarugueiro ou pescador autônomo não aparece como atividades promissoras e capazes de garantir segurança, uma profissão e um melhor padrão de consumo. A ostreicultura é percebida como uma alternativa de emprego para a comunidade. As falas que seguem ilustram bem essa percepção:

"Gosto do meu trabalho, se eu não estivesse trabalhando já teria ido embora"

"Agora tenho o pão mais certo"

"Antes não tinha nada, não tinha dinheiro certo, agora já consegui comprar televisão, som, parabólica, estou construindo minha casa e ajudando meu pai na construção da dele".

"Melhorou porque surgiu emprego para muita gente"

Agregando a percepção dos entrevistados na comunidade notamos que 70,7% indica a criação de postos de emprego como resultado da Ostreicultura Comunitária em Ponta dos Mangues. Notamos que dentre estes, 46,6% restringem o impacto a apenas um pequeno grupo, "os que estão trabalhando", não incluindo os que estão fora como beneficiado. Outros 20,7% percebem este resultado como algo positivo para a comunidade como um todo.

Além da questão do emprego identificamos em 10,3% dos entrevistados outros impactos positivos do Cultivo, como: a ajuda prestada a comunidade e o que representou em termos de valorização do local. Em relação aos impactos negativos, 13,8% dos entrevistados percebem que o benefício não chegou a comunidade e dentre estes há aqueles que consideram até que houve prejuízo, destacamos, por exemplo, o comentário de um entrevistado que diz que não se encontra mais ostra nem caranguejo no mangue². A CONATURA ou "Cultivo" é um pouco mais conhecida na rua principal, por onde se dá o acesso à sede do projeto e onde moram 4 dos 8 cooperados.

É interessante observar que houve uma mudança na visão que a comunidade tem acerca da organização, muito embora permaneçam opiniões contrárias.

"O pessoal antigamente não acreditava, dizia que a gente estava enchendo o rio de bagaço. Hoje uns pedem trabalho, outros pedem informações para começarem a cultivar também. Mas ainda tem gente reclamando"

"O povo acha legal porque sempre pergunta se tem vaga para trabalhar. Algumas pessoas falam que deixamos cascalho no lugar deles pescarem. No início as pessoas falavam mau e hoje o número de pessoas que falam bem aumentou".

Dinamização do comércio, ainda que limitada pelas condições da oferta local

Por outro lado, o potencial da ostreicultura no sentido da dinamização do comércio local pela redistribuição da renda gerada com os salários, foi um aspecto ressaltado no grupo dos cooperados.

" (A ostreicultura) tem ajudado a comunidade porque os donos de bar e outros vendem peixe, bebida, açúcar aos que trabalham aqui".

Pudemos verificar tal afirmação na entrevista com os comerciantes locais, quando 3 dos 5 comerciantes entrevistados comentaram que houve diversificação da oferta e incremento das vendas. De um lado isto se deve à renda gerada com a remuneração regular do grupo que trabalha no cultivo, que representa 18,4% do total de rendimentos regulares encontrados na pesquisa. Por outro, é relevante a renda gerada com as atividades que o cultivo, bem como o projeto Tamar, vem promovendo, a exemplo do Campeonato de Sinuca e dos almoços vendidos por uma das comerciantes aos grupos que visitam o cultivo (por exemplo SEBRAE, FENEAD). Um dos comerciantes cita os produtos enlatados como exemplo de diversificação de sua oferta após a chegada do "pessoal do cultivo".

Ao compararmos esses dois aspectos com os questionários aplicados às famílias dos cooperados, verificamos que a maior parte dos salários estão sendo utilizados na compra de produtos e serviços fora da comunidade, portanto sem impactar na economia local. Cabe assinalar que a remuneração é de R\$ 200,00³. De 7 cooperados, 6 estão construindo ou reformando suas casas e destes, apenas 3 contrataram pedreiro em Ponta dos Mangues, sendo que todos precisam comprar o material de construção em Patacuba ou Aracaju. Tal fato guarda relação com o nível da oferta de produtos e serviços da própria comunidade, seja pela sua inexistência (caso de materiais de construção e eletrodomésticos) ou pela suas limitações (caso dos armazéns que, no geral, dispõem de poucos produtos e operam com preços mais altos do que os praticados na Feira de Pacatuba). Acrescenta-se a isto o fato de que alguns produtos, como vestuário, que são comprados em Ponta dos Mangues, são vendidos por pessoas de fora, não impactando também na economia local.

Neste sentido, é até compreensível a afirmação de 60,8% dos entrevistados de que o impacto do cultivo restringe-se ao grupo dos cooperados e não à comunidade como um todo. Nota-se que os cooperados representam apenas 5,3% da população economicamente ativa. Efetivamente houve uma transformação no padrão de consumo das famílias dos cooperados que passaram a adquirir novos bens duráveis, ampliar o consumo de bens alimentícios e vestuários, além de reformar ou construir suas casas. Quando questionados sobre o incremento nas compras, 3 deles consideram que a renda é utilizada na compra de produtos de primeira necessidade como alimentos, vestuário e remédios, um deles adquiriu um produto fora do seu padrão anterior de consumo (uma parabólica), porém 6 estão construindo ou reformando a casa. Do mesmo modo, houve um certo incremento no comércio local como observam alguns dos comerciantes, embora não tenha sido possível quantificar tal fato.

O impacto da renda gerada com a remuneração dos cooperados na economia local é menor do que supúnhamos no início do projeto. Este poderia ser maior caso a oferta local de

produtos e serviços fosse incrementada, particularmente no tocante a alimentos, vestuários. O mesmo não podemos esperar da oferta dos bens duráveis e materiais de construção considerando o porte da comunidade.

O reconhecimento de que a cooperação amplia o poder de realização e torna mais leve e divertido o trabalho

Além dos impactos na economia local cabe refletir sobre o alcance do projeto no tocante ao estímulo para a ação coletiva, já que estamos analisando à luz do debate sobre economia solidária.

Tentando captar a motivação para a ação coletiva colhemos os seguintes dados na comunidade: 63,8% preferem o trabalho em grupo, enquanto 44,8% preferem trabalhar sozinhos (a questão era aberta portanto, as duas opções poderiam ser escolhidas). No caso, trabalhar sozinho significava ganhar mais (3,4%), ou uma opção para atividades que requerem pouco trabalho (10,3%), mas principalmente por dificuldades de relacionamento interpessoal (12,3%). “Antes só que mal acompanhado”, “para evitar briga”, “para não ter que esperar ninguém”, “assim posso fazer do meu jeito” foram algumas das respostas dadas pelos moradores. Dos que preferem o trabalho em grupo, todas as razões referem-se a potencializar o trabalho, seja porque “rende o trabalho” (32,8%), seja porque fica mais divertido (15,5%), ou para enfrentar dificuldades (6,9%).

No tocante aos cooperados a ostreicultura comunitária motiva também pelo fato de ser desenvolvida em grupo (a maioria das tarefas). As idéias acima são aqui compartilhadas, ou seja, o trabalho coletivo se torna mais produtivo, “menos cansativo”, e, até, “divertido” e propicia um melhor aprendizado. Por isso é que quase todos preferem trabalhar coletivamente (exceto um).

Assim, a pesquisa evidencia que a construção de organizações com base na cooperação advém de uma necessidade de poder realizar algo, uma percepção de que “juntos somos mais fortes”, “a união faz a força” “uma varinha é mais fácil de quebrar do que um feixe”. Força esta, necessária para enfrentar outra em sentido contrário, que pode ser a inércia, a preguiça, a fragilidade. Trata-se, de um lado, da consciência de que o trabalho coletivo potencializa a ação, conforme ilustram os depoimentos abaixo:

“Trabalhar só não compensa. O serviço que em grupo se faz em um dia, sozinho o cara leva dois ou três”.

“Um sozinho não vai por conta do recurso que tem. É preciso unir a força para trabalhar todos juntos, porque prospera melhor que um só”.

Ao mesmo tempo podemos observar que a União, além de fazer a força, faz açúcar⁴, isto é, fica mais fácil e mais doce trabalhar em grupo. Podemos dizer que a cooperação potencializa o trabalho, também, por torná-lo mais leve, mais divertido.

“Trabalhar com os outros é mais animado. O trabalho sozinho parece que não rende”.

Encontramos também com fator de motivação a qualidade das relações humanas no grupo “todo mundo se conhece e é amigo no ambiente de trabalho”; o fato de ser trabalho que envolve a conservação da natureza e possibilitou conhecer outros lugares e técnicas para o cultivo. Há, neste caso, alguma prática anterior de solidariedade, transcendendo os objetivos econômicos, a partir das relações de parentesco e de vizinhança ou da experiência com a associação de moradores, para alguns, como podemos observar nos contatos com a comunidade.

Desafios da organização

É interessante observar que, apesar da consciência sobre a importância do trabalho cooperativo, a percepção quanto a possibilidade de intervir na organização restringe-se ao processo de cultivo das ostras. A gestão financeira, a comercialização e outros âmbitos da organização ainda são distantes para a maioria, que se percebe mais como empregado da CONATURA. Esta garante não só o "salário", como também o acesso a informação e assistência.

Ao longo do processo de pesquisa pudemos constatar o desafio que é superar a conhecida divisão entre trabalho manual e intelectual que se expressa na dicotomia entre produção e gestão. Ou seja, os que produzem não se ocupam da gestão do empreendimento, não sentem-se em condições para tanto. Mesmo com um certo distanciamento dos processos de gestão a maioria considera que, se o grupo permanecesse junto, poderia continuar o cultivo, caso o coordenador se ausentasse. Isso pode ser considerado um ponto forte da organização. Ao mesmo tempo, parece contraditório com a idéia de falta de capacitação do grupo para a comercialização, como afirmam os próprios cooperados. Outro dado, ainda é restrita a confiança nos companheiros para exercerem atividades de planejamento, gestão financeira e organização da reunião. Apenas três afirmaram o contrário.

Dos aspectos apontados por Lisboa (1999) como desafios dos empreendimentos solidários encontramos alguns que se aplicam ao caso analisado.

Observamos que o cultivo de ostras em Ponta dos Mangues dispõe de apoio logístico, técnico e financeiro de uma organização - a CONATURA - que garante sua sustentabilidade com a execução de serviços especializados na área da preservação ambiental junto a organizações como o Tamar, que tem como um dos objetivos o fomento ao desenvolvimento local nas áreas onde atua. Deste modo, não identificamos problemas relacionados com a carência de entidades de apoio e de capital de giro, nem com relação ao controle de qualidade e ao acesso a tecnologia. Já no que se refere a comercialização diríamos que este é um grande desafio, assim como a aprendizagem de padrões gerenciais adequados à realidade de um empreendimento solidário.

Trata-se de realizar a produção e o processo de comercialização, que garanta um retorno necessário a satisfação das necessidades materiais das pessoas e famílias que estão envolvidas e, ao mesmo tempo, fomenta a lógica da cooperação entre empreendimentos. Talvez, as redes de sócio-economia solidária, que estão sendo tecidas nos vários âmbitos, indiquem um tipo de "mercado cativo" ao qual vinculem-se os empreendimentos pontuais, como o aqui analisado. Contudo, esta ainda não é uma realidade para o cultivo cooperativo de ostras.

Por fim, cabe destacar que na comunidade e entre os cooperados encontram-se idéias que afirmam possibilidades de desenvolvimento com base em potenciais locais - mesmo que fomentados por agentes externos - além daquelas que se identificam mais com as abordagens tradicionais de que o desenvolvimento chegará de fora com a "construção de fábricas". Mesmo com todas as limitações apontadas anteriormente, fica evidente o potencial da ostreicultura para o desenvolvimento local, em termos de ampliação das oportunidades de trabalho, renda e padrão de consumo familiar, no tocante à dinamização do comércio local e ao fomento da ação cooperativa.

CONCLUINDO

A solidariedade reintroduzida na economia pode ser percebida como base para um desenvolvimento que, partindo do local, requer a construção e fortalecimento de

empreendimentos em escalas diferenciadas, do micro ao macro, do local ao global. O caso em estudo evidenciou limites e possibilidades desse tipo de organização.

Embora o impacto da renda gerada com a remuneração dos cooperados na economia local seja menor do que supúnhamos no início do projeto, face às condições de oferta de produtos e serviços, percebe-se uma melhoria no padrão de consumo das famílias dos cooperados, assim como a abertura de novas formas de ocupação e renda na localidade. Melhoria esta que depende da articulação com agentes externos. O alcance deste tipo de projeto pode ser medido, ainda, pelo que representa de estímulo para a ação coletiva, fortalecendo os laços de solidariedade no âmbito da produção, como necessidade e como uma alternativa.

A pesquisa realizada aponta, por um lado, uma série de desafios conceituais e metodológico que merecem ser relacionados à guisa de conclusão.

O estudo de organizações no campo da economia solidária requer, em primeiro lugar, uma revisão no próprio conceito de economia local. Na pesquisa vimos a necessidade de incluir, além das atividades formais e informais mercantis, aquelas que não se situam no âmbito das trocas monetárias, mas são fundamentais para o sustento das famílias. Um exemplo é a criação de galinha na comunidade de Ponta dos Mangues que se realiza na maioria das casas, sendo que apenas em determinados momentos há excedente que permite a comercialização.

O dado acima vem reforçar a abordagem de Coraggio (2000) acerca da unidade doméstica como ponto de partida da economia popular (ou solidária) que se destina a satisfação de necessidades e agrega diferentes estratégias de reprodução coletiva da vida. Na mesma linha podemos fazer uma associação com a abordagem de Genauto França (1999) a respeito da necessidade de se definir a economia a partir da articulação dos âmbitos mercantil, não mercantil e não monetário, ou seja, a hibridação da economia de Mercado, a Estatal e a reciprocitária ou da Sociedade Civil.

Tal abordagem traz repercussões sobre os indicadores e meios de aferição desta economia, no caso de investigarmos o impacto dos empreendimentos sobre a economia local. Uma pergunta básica que utilizamos para cada unidade doméstica foi, "quais as atividades de sustento da casa" e, previamente, já sabíamos de algumas delas. Outras, identificamos no processo de aplicação dos questionários: Tentamos verificar para cada atividade o quanto era comercializado e a renda gerada, o quanto era consumido e abrimos uma coluna para possíveis trocas não-monetárias. Além destas, abrimos espaços para os rendimentos obtidos com pensões, aposentadorias, salários e prestação de serviços remuneradas.

Nos deparamos com a dificuldade de contabilizar as atividades de sustento não monetárias, as atividades mercantis informais e aquelas sujeitas a sazonalidade. A referência não pode ser apenas a renda obtida pois com isso exclui-se o produto para subsistência. Agora, como medir este produto? Poderíamos quantificar e chegar a um valor de uso. Como as famílias não tem registro e as dinâmicas são variadas é necessário proceder a um acompanhamento minucioso, pelo menos das atividades principais.

Na realidade verificamos que um levantamento mais apurado da pesca e das demais atividades pressupunha um acompanhamento de perto das unidades domésticas durante um ano para se chegar a médias. Médias estas que podem ser contabilizadas em termos de renda para o que é comercializado e de quantias e valores de uso, para o que é produzido, consumido ou simplesmente trocado.

Assim como o indicador de renda familiar merece ser repensado, o mesmo vale para a população economicamente ativa, na medida em que são ativas, nesta economia, todas aquelas pessoas que contribuem para o sustento da casa e não só aquelas que desenvolvem uma atividade capaz de gerar renda. Por isso, para quantificar a População Economicamente Ativa em Ponta dos Mangues, partimos de duas perguntas: quantas pessoas moram na casa e

quantas delas não têm condições de ajudar no sustento. Consideramos como tal, as pessoas residentes em Ponta dos Mangues, dentro do universo da pesquisa, que contribuem de alguma forma com o sustento das famílias, seja com atividade remunerada ou não.

Um outro ponto importante diz respeito à necessidade de se apreender e analisar a realidade assim como ela se apresenta, evitando enquadrar as diferentes atividades econômicas em categorias do tipo, primário, secundário e terciário. Isso porque a abordagem do desenvolvimento local numa perspectiva de fomento a economia solidária implica em potencializar capacidades, habilidades, ainda que latentes. Por isso, na montagem do quadro de análise no tocante a identificação das atividades de sustento, partimos da realidade local para relacionar as principais atividades.

Pelo que vimos acima, as medidas tradicionais de desempenho universalmente utilizadas - renda per capita, incremento da arrecadação e crescimento do PIB - não são apropriados para medir os resultados alcançados e conseqüentemente para avaliar o sucesso ou insucesso dessas organizações. Neste caso precisamos trabalhar com dados primários levantados a partir de uma multiplicidade de instrumentos, num processo que podemos chamar de escuta sucessiva.

Adotamos um primeiro nível de escuta com os cooperados, quando aplicamos os questionários. Com este instrumento observamos alguns indicativos de impacto - a melhoria no padrão de consumo da família, uma oportunidade de emprego para a comunidade e o incremento do comércio local. Estas observações levaram a outros três níveis de escuta: a partir dos questionários elaborados especificamente para as famílias dos cooperados, para a comunidade e para os comerciantes. Nos interessou verificar se as percepções dos cooperados eram, de fato, compartilhadas pelos demais segmentos, bem como identificar as percepções diferenciadas e complementares. Chegamos, assim, a uma análise de impacto, com algumas lacunas decorrentes das dificuldades de contabilização daquelas dimensões da economia local que são informal, sazonal e não monetária. Este é um desafio das pesquisas do tipo a realizada, bem como dos projetos de desenvolvimento local que apontam no sentido do fomento de organizações situadas no campo da economia solidária.

Por fim cabe destacar que os desafios da gestão de organizações situadas no campo da economia solidária implicam outros desafios para a pesquisa e o ensino da área da administração. Trata-se de reelaborar conceitos e instrumentos que, no geral, estão baseados na grande empresa capitalista e industrial. Organizações, como as aqui estudadas, que tem a gestão e apropriação coletivas do fruto do trabalho enquanto característica básica, necessitam de novos referentes no tocante ao marketing, a administração financeira, a gestão de pessoal, entre outros âmbitos da gestão de organizações.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Marcos. **Globalização e Sociedade Civil**: repensando o cooperativismo no contexto da Cidadania. Ativa. Rio de Janeiro: PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1996.

_____. Um Novo Humanismo para uma Nova Economia. . In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000, p 199-224.

_____. e BOFF, Leonardo. **Globalização Desafios Sócio-Econômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

CORAGGIO, José L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. . In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.

FRANÇA, Genauto; DZIMIRA, Sylvain. Economia Solidária e Dádiva. In: **Revista Organização e Sociedade**, v-6, nº 14, 1999

GAIGER, Luis I. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.

LISBOA, Armando M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. Dal Ri, Neusa Maria (org.). P. 55-89 – São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

RAZETO, L. O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade. **Revista Proposta**, nº 75, dez/fev. de 97-98.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SINGER, Paul. Economia dos Setores Populares - Propostas e Desafios. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.

VAINER, Carlos. Controle Político ou Utopia Experimental? Unitrabalho Informa, ano III, nº 10, janeiro 2000. In: <http://www.unitrabalho.org.br>

¹ Trata-se da Pesquisa intitulada a Gestão do Desenvolvimento Local e as Possibilidades de Financiamento, a partir da qual investigamos os impactos de empreendimentos solidários no desenvolvimento local, paralelamente a implementação, em 2001, do Projeto de Apoio a Ostricultura Comunitária de Ponta dos Mangues/Se. Este projeto foi desenvolvido por uma equipe de estudantes de administração e de biologia, com a orientação da professora e pesquisadora, tendo obtido o Prêmio FENEAD - Concurso Nacional de Projetos Sociais para Universitários da Federação Nacional dos Estudantes de Administração - no final do ano 2000 para ser implementado em 2001. Contou com o apoio do Projeto Tamar, ao qual dois dos estudantes estavam vinculados

² Cabe ressaltar que este não é realmente um impacto do cultivo, mas está relacionado com um problema maior ligado à utilização de produtos tóxicos na criação de camarão

³ Dois cooperados recebem adicional de R\$60,00 e um de R\$50,00 por incentivo à frequência

⁴ O dito popular é: “A união faz a força” que a criatividade das novas gerações subverteu para: “A união faz a força e açúcar”. É um pequeno trocadilho que resolvemos utilizar, pois “união” significa estar juntos, mas também há uma grande empresa açucareira brasileira que se chama União.